

A concepção keynesiana das crises econômicas e sua crítica com base em Marx

RÔMULO SOARES POLARI*

Neste artigo analisa-se a explicação e a solução, contidas no sistema teórico de Keynes, para as crises do capitalismo. O objetivo maior é questioná-las sob o ponto de vista das idéias de Marx.

Keynes, como se sabe, estudando o capitalismo, sob as condições de *laissez-faire*, demonstrou alguns de seus grandes defeitos. Embora apresente causas diferentes das que haviam sido encontradas por Marx, a respeito do assunto, afirma, no entanto, que esses defeitos faziam esse sistema de produção, periodicamente, sofrer os dissabores da crise. Ratificando assim, em termos de resultado, o diagnóstico marxista.



Para Keynes, a explicação das crises econômicas seria encontrada na insuficiência de demanda efetiva, em relação à utilização normal da capacidade de produção instalada. Coerente com esse diagnóstico, ele procura encontrar no dirigismo da economia pelo Estado os fundamentos de uma solução para esse problema.¹

Durante os anos que vão do pós-guerra até aproximadamente 1973, a ação prática das idéias de Keynes teve grande sucesso. Permitiu às economias capitalistas centrais um vigoroso processo de acumulação de capital com razoável estabilidade monetária. Nos dez últimos anos, no entanto, a realidade dessas economias passou

* Da Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa.

¹ Kalecky conseguiu ser bem mais claro, direto e preciso, na formulação do suporte teórico explicativo desse tipo de solução. Ver Kalecky, Michal, "O Mecanismo da Recuperação Econômica", in *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*, São Paulo, HUCITEC, 1977, p. 21-28.

a ser marcada por uma persistente e séria fase de crise, que se apresenta robustecida por altas taxas de inflação. Essa situação econômica tão adversa parece se constituir num indiscutível argumento, que denuncia a exaustão daquele tipo de solução proposta por Keynes.

Procurar-se-á demonstrar as principais razões pelas quais a solução keynesiana, vista à luz do sistema teórico de Marx, se torna portadora de sérias limitações.

Destacar-se-á primeiramente que, para Marx, a produção capitalista, em função das contradições que gravam o seu desenvolvimento, estaria fadada a conviver com frequentes crises, que se manifestariam nas formas de superprodução, tendência à queda da taxa de lucro e superacumulação de capital. Keynes, por seu lado, centrou todo o seu esforço científico fundamentalmente buscando explicar as causas e oferecer proposta de solução apenas para a primeira delas.

A solução keynesiana para a crise do capitalismo foi exaustiva e brilhantemente analisada pelo prof. Lauro Campos.² Entre as mais importantes conclusões que ele alcança está a de que, em sua substância, a proposta balsâmica de Keynes, em grande parte, nada mais é do que um processo de fazer inflação, através dos gastos do governo respaldados em déficits orçamentários, com vistas à redução do salário real.

O êxito desse remédio elaborado por Keynes, quando avaliado pela sua capacidade de assegurar a retomada da acumulação de capital, diante da crise, e, a partir daí, ao se tornar um mecanismo de atuação permanente, garantir a ausência de novas crises, teria um limitado alcance, numa perspectiva histórica de prazo mais longo. "... a inflação dinamiza o real somente dentro de certos limites. As distorções na estrutura da produção, da ocupação e da repartição que ela provoca não podem aumentar indefinidamente. Na crise da economia keynesiana a unidade das soluções — a inflação — passará a ser um problema real porque ela não conseguirá mais dinamizar a atividade capitalista. Ela, a inflação, não reabsorverá mais o desemprego, não elevará a curva de eficiência marginal do capital, não reduzirá a taxa de juros, não estimulará o consumo coletivo, não reduzirá a unidade de salários real vigente: a solução de Keynes terá se transformado em problema, exigindo 'uma nova sabedoria para os novos dias' ou nova estrutura para uma nova sociedade".³

Na presente abordagem sobre a aludida proposta keynesiana, conduzir-se-á a apreciação crítica pretendida, estritamente ao nível lógico-teórico. Dedicar-se-á um especial esforço à tentativa de encontrar outros elementos, além do citado processo de redução do salário real e demais efeitos causados pela solução inflacionária, responsáveis pelo êxito das idéias de Keynes, embora sem perspectivas duradouras, como mentoras das políticas econômicas responsáveis pelo desenvolvimento da produção capitalista, na sua história recente. Com essa mesma preocupação exploratória, espera-se apresentar

² Ver Campos, Lauro, *A Crise da Ideologia Keynesiana*, Rio de Janeiro, Campos Ltda., 1980, caps. 5, 6, 8, 9 e 13.

³ *Ibidem*, p. 145.

novos pontos de vista sobre as causas responsáveis pelo limitado alcance da solução dos problemas do capitalismo, por essa via do dirigismo estatal.

Com o raciocínio a ser desenvolvido tentar-se-á oferecer suporte à afirmação de que, pelas idéias de Marx, essa proposta deduzível do pensamento keynesiano, de solução pelo caminho da redução do salário real, não parece ter possibilidade de ser exitosa, nem sequer mesmo a curto prazo. Pela visão marxista, sabendo-se ser a superprodução caracterizadora da crise de realização, gerada pela contradição básica do capitalismo, fruto das relações de produção fundadas na exploração da classe capitalista sobre a assalariada, torna-se discutível que a saída da crise possa ser alcançada pelo fortalecimento da sua força causadora.⁴

Espera-se demonstrar que a solução keynesiana, mesmo quando alcança sua maior eficácia, constitui-se, na verdade, apenas em um processo sistemático que procura minimizar a destruição de capital, mas que não livra a produção capitalista, mesmo nessa sua nova roupagem, desse estigma.

Os ensinamentos keynesianos tenderiam, portanto, a permitir apenas o encaminha-mento de soluções parciais e não definitivas para esses inconvenientes do capitalismo. A correção continuada dos sucessivos problemas de superprodução iria, progressivamente, só se tornando possível com o crescimento anormal das atividades improdutivas financiadas pelo Estado. Trazendo consigo uma característica dessa natureza, as ações anticrise somente se efetivariam através de um processo de destruição de capital que, cada vez mais, reduziria a proporção do setor produtivo capitalista e das atividades privadas capitalistas em seu todo, em relação ao sistema econômico global. Por isso, ao se desenvolver no tempo, a economia keynesiana convergiria para uma fase extremamente conflituosa, não conciliável com os interesses maiores do capitalismo.⁵

⁴ Somente quando inserida no âmbito do circuito interno do sistema teórico de Keynes é que essa proposta de solução adquire o seu maior sentido. Na tese, dita subinvestimentista, com a qual se propõe a explicar a crise, a parte relacionada com as suas conclusões sobre a eficiência marginal parece justificar a afirmação de que a redução do salário real conduziria à recuperação econômica, pela ativação do investimento privado. Para uma proposição como a de Marx, que apresenta como causa da crise a insuficiência de consumo da massa maior da população – a classe trabalhadora – forçada pela relação de exploração a que vive submetida, o referido tipo de solução não pode ser considerado como óbvio. Kalecky, com instrumental teórico aproximado do de Keynes, também analisou a possibilidade de recuperação da crise pela redução do salário real (através da queda do salário nominal e manutenção dos preços) concluindo que isso agravaria ainda mais a situação. “Portanto, enquanto as reduções de salário não causam qualquer aumento de produção no caso de uma economia competitiva, em um sistema cartelizado elas levam, como resultado da rigidez de preços, a um encolhimento da produção e a uma elevação do desemprego.” Ver Kalecky, Michal, “O Mecanismo da Recuperação Econômica”, *op. cit.*, p. 23.

⁵ Com um outro tipo de enfoque, que não esse da destruição de capital, Kalecky se dedica à análise desse problema, da diminuição da área de interesse do setor privado capitalista, em face da realização dos investimentos públicos mantenedores do pleno emprego. Veja-se a esse respeito Kalecky, Michal, “Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego”, in *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*, *op. cit.*, pp. 54-60.

A CRISE SEGUNDO MARX E KEYNES

A visão de Marx

Na explicação marxista das crises do capitalismo, um dos elementos-síntese determinantes é o baixo consumo da população, em relação à capacidade produtiva do sistema, instalada para funcionar como capital.

Essa insuficiência de consumo seria uma forma de expressão da contradição básica do capitalismo, que teria o seu conteúdo explicativo na exploração dos capitalistas sobre os assalariados. Essa força compressora de atuação permanente sobre o consumo do contingente populacional maior da sociedade, os trabalhadores, sancionaria a contração do mercado, relativamente à capacidade produtiva que se fosse instalando. Ao avançar a acumulação de capital, iria se tornando cada vez mais difícil a realização integral da mais-valia, gerada no processo imediato de produção. “Não são idênticas as condições de exploração imediata e as da realização dessa exploração. Diferem no tempo e no espaço e ainda em sua natureza. As primeiras têm por limite apenas a força produtiva da sociedade, e as últimas, a proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade. Mas esse poder não é determinado pela força produtiva absoluta, nem pela capacidade de consumo absoluta e sim pela condicionada por relações antagônicas de distribuição, que restringem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estritos.”⁶

Os capitalistas seriam tão mais coerentes com os seus objetivos, quanto mais ávidos fossem pela extração de mais-valia no processo imediato da produção. Não levariam em conta, porém, que a concretização da valorização do capital, através do lucro, sofreria limitações impostas pelas próprias relações sociais de produção, que teriam justificado a existência da parcela de trabalho não pago da jornada de trabalho de seus assalariados. Como agravante, ter-se-ia que esse comportamento estaria incluído num processo de produção que se orientaria como quem busca desenvolver de modo absoluto as forças produtivas. Daí a tendência a se deflagrar a superprodução de mercadorias (meios de produção e de subsistência); não relativamente às necessidades da população, mas sim às possibilidades de utilização da produção e/ou capacidade de produzir excedente, para fins de expansão do capital.

No processo da produção capitalista, as características recém-referidas representariam a genuína expressão da lógica justificadora da sua racionalidade, que visa a valorização e a acumulação do capital. Nesse contexto, a busca de maiores taxas e massas de lucro, através do aumento da produtividade do trabalho, ao expandir a capacidade de produção de mercadorias, atuaria como um fator de complicação a mais, ao problema da insuficiência de mercado.

Funcionando desse modo, na medida em que fosse se desenvolvendo, o processo de acumulação de capital tenderia a ir aguçando a sua contradição básica, fazendo o

⁶ Marx, Karl, *O Capital*, livro 3, vol. 4, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d., p. 281.

sistema produtivo convergir para uma situação de crise. A não-realização da mais-valia chegaria a assumir tal proporção, a ponto de se tornar altamente incompatível com os objetivos de valorização do capital. "As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitariamente o equilíbrio desfeito."⁷

A crise de superprodução dever-se-ia, portanto, a uma certa aptidão a expandir a produção, em meio a uma realidade social baseada na submissão e exploração da classe trabalhadora pela capitalista. As relações de produção aí prevaletentes seriam fortes instrumentos estimuladores de uma crescente geração de mais-valia, mas, ao mesmo tempo, criadoras de problemas à sua realização. Isto decorreria do fato de a extração de mais-valia, no processo imediato de produção, originar uma repartição da renda que, cada vez mais, estreitaria o mercado comprador, relativamente ao que poderia produzir o capital acumulado. Por isso, o desenvolvimento da produção traria no seu bojo os germes causadores de um impasse à continuidade da acumulação de capital. Os novos investimentos findariam sendo inviabilizados pela inadequação entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas, criado pelo próprio capital, e as relações sociais de produção que anteriormente o estimularam.

Uma outra contradição da produção capitalista, explicada por Marx como contribuinte à geração das crises, seria aquela decorrente do fato de o desenvolvimento histórico do processo de acumulação de capital se efetivar com a elevação da composição orgânica do capital. Isto, ao representar uma realidade sócio-econômica onde se acumularia relativamente mais capital constante (trabalho morto que, portanto, não gera valor) do que capital variável (portador do trabalho vivo gerador de valor e responsável pela valorização do capital) criaria uma tendência à queda da taxa de lucro.⁸

O modo como se desenvolve a vida econômica no capitalismo conduziria os empresários à busca permanente de inovações tecnológicas voltadas para a elevação da produtividade do trabalho, como uma atitude racional, coerente com os objetivos de maior valorização do capital. Esse desenvolvimento das forças produtivas, ao ter por base o crescimento da composição orgânica do capital, seria o responsável pela tendência à queda da taxa de lucro.⁹

⁷ *Ibidem*, p. 286.

⁸ Procuramos aqui desenvolver aquilo que julgamos ser o essencial da explicação de Marx sobre as crises do capitalismo. A crítica dessa concepção, fazemo-la em outro ensaio teórico, ainda em elaboração.

⁹ Entre outros importantes estudos relacionados com os problemas que envolvem a concepção marxista das crises do capitalismo encontram-se em: Aglietta, Michel, *Régulation et Crise du Capitalisme Mondial*, Paris, Calmann-Lévy, 1976; Amin, Samir, *et alii*, *A Crise do Imperialismo*, Rio de Janeiro, Graal, 1977; Blaug, M., "Progresso Técnico e Economia Marxista", in Horowitz, D. (org.), *A Economia Moderna e o Marxismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972; Belluzzo, L. G. Melo, *Valor e Capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1980; Dobb, Maurice, *Economia, Política e Capitalismo*, Rio de Janeiro, Graal, 1978; Galvan, C. G., "Progresso Tecnológico e Taxa de Lucro: Algumas Questões sobre o Método de Marx", *Texto para Discussão nº 17*, J. Pessoa, CME/UFPB, 1982; Lange, Oscar: "A Economia Marxista e a Moderna Teoria Econômica", in Horowitz, D. (org.), *A Economia Moderna e o Marxismo*, op. cit., Luxemburg, Rosa, *Acumulação de Capital*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976; Mandel,

O processo responsável pelo aumento da produtividade do trabalho, ao condicionar maior taxa de mais-valia e a depreciação do valor do estoque do capital existente (ao baratear o valor das mercadorias que formam esse capital) geraria, também, efeitos que atuariam no sentido de elevar a taxa de lucro. Isto, entretanto, não seria capaz de eliminar aquela sua tendência à queda, na medida em que avançasse o desenvolvimento da produção capitalista. Mesmo assim, a acumulação de capital faria crescer a massa de lucro, no âmbito da sociedade, como também o montante de lucro por capitalista, face à concentração e à centralização do capital aí verificadas.

Os fatores contrários à efetivação da tendência à queda da taxa de lucro não teriam pleno êxito. Por isso, a solução dessa contradição só poderia ser encontrada após ocasionar sérios traumatismos à vida do capital. "A depreciação periódica do capital existente, meio imanente ao modo capitalista de produção, de deter a queda da taxa de lucro e de acelerar acumulação do valor-capital pela formação do capital novo, perturba as condições dadas em que se efetua o processo de circulação e reprodução do capital, e assim é acompanhada de paradas súbitas e crises do processo de produção."¹⁰

Além da recém-referida depreciação de capital, originada da elevação da produtividade do trabalho, quando a taxa de lucro declinasse, a ponto de se tornar menor do que o nível "... requerido pelo desenvolvimento 'sadio, normal' do processo de produção capitalista ...", levaria à criação e destruição de um excedente de capital. Com essa erradicação de capital ter-se-ia, também, a queda da taxa de lucro, paralelamente, agora, à redução de sua massa. Esse excesso de capital seria caracterizado por uma parcela do seu estoque acumulado que, em ficando ocioso, não conseguiria se valorizar. Essa realidade faria com que, nas crises, a concorrência intercapitalista, que na fase de bonança teria atuado como um mecanismo de repartição de mais-valia global, na proporção do volume de capital individual, se transformasse num meio de guerra, pela definição daqueles que seriam penalizados com a destruição de capital.

No que se refere às crises manifestadas pelos efeitos das quedas da taxa de lucro e da superacumulação de capital, as suas causas geradoras, seriam, elas mesmas, após o exercício de todos os seus danos, as fomentadoras da recuperação. A destruição de capital ao reduzir o capital já acumulado tornaria a retomada da acumulação viável, em relação à taxa de lucro. A depreciação do valor do capital fixo existente faria aumentar a taxa de lucro. A elevação da produtividade ocasionaria outras influências positivas. Ao baratear os preços dos meios de produção e de subsistência, permitiria que, com um mesmo valor de capital constante e variável, se empregasse uma quantidade maior de

Ernest, *O Capitalismo Tardio*, Série Os Economistas, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983; Meek, Ronald L., *Economia e Ideologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971; Robinson, Joan, *Um Estudo da Economia Marxista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971; Steindl, Josef., *Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano*, Série Os Economistas, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983; Sweezy, P., *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, Série Os Economistas, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983; Tavares, Maria da Conceição, "O Movimento Geral do Capital (Um Contraponto à Visão da Auto-Regulação da Produção Capitalista)", in *Estudos CEBRAP* n.º 25, São Paulo, 1980, pp. 7-26.

¹⁰ Marx, K., *O Capital*, op. cit., L. 3, p. 287.

força de trabalho, estimulando a elevação da taxa de lucro. Com essa recuperação, capitais antes ociosos voltariam a funcionar e valorizar-se. Assim ter-se-ia o fim de um movimento cíclico da produção capitalista. Isto, entretanto, não prejudica a lógica de que ajustes feitos nas relações sociais de produção (novo pacto social para o antagonismo entre o capital e o trabalho), segundo as conveniências do grau de desenvolvimento das forças produtivas, trariam uma forte contribuição à solução da crise, após o que se iniciaria, sob novas condições, um novo ciclo.

Mesmo não esgotando toda a temática marxista sobre a crise,¹¹ a sua fundamentação essencial encontra-se na análise das contradições que encerram o desenvolvimento da produção capitalista, recém-analisadas, que podem ser sintetizadas em três: 1) conflito entre a produção de mais-valia e a sua realização, gerado pelo antagonismo básico entre as classes trabalhadora e capitalista; 2) conflito entre a expansão da produção e a criação de mais-valia, pela elevação da composição orgânica do capital; 3) conflito entre o limite inferior da taxa de lucro, capaz de fazer o capital se mobilizar para desenvolver atividades produtivas, e a racionalidade que justificando, no plano individual, a busca de melhores lucros através da elevação da produtividade do trabalho, faria a taxa de lucro cair abaixo desse mínimo, criando a superacumulação e destruição de capital.

Essas linhas de análise, elaboradas por Marx, sobre as formas de manifestação das crises do capitalismo, permitem que cada uma delas, isoladamente, possa ter estudados os seus efeitos e causas, no desenvolvimento desse modo de produção. No entanto, em coerência com esse autor, não se pode perder de vista que as contradições determinantes das crises atuam conjuntamente, no bojo da realidade sócio-econômica sob o comando do capital, onde se interinfluenciam.

A crise de superprodução poderia ser concebida independente da atuação das causas que conduzem à queda da taxa de lucro e à superacumulação de capital. Da mesma forma, poder-se-ia apreender a crise sendo gerada pelo desenvolvimento das forças produtivas, ocasionando a tendência à queda da taxa de lucro e a depreciação do capital fixo já acumulado, mesmo admitindo a inexistência de problema de realização de mais-valia e/ou excesso de capital. A crise, como uma realidade originada da superprodução de capital, poderia também ser explicada sem as determinações emanadas daquela falta de realização de mais-valia gerada e/ou da elevação da composição orgânica do capital.

Essas contradições teriam as suas atuações lógica e historicamente consistentes, uma vez emanarem daquilo em que se fundamentaria a racionalidade capitalista. Ponderando-se que todas elas concorreriam para a geração da crise e que a ação de cada uma delas influenciaria a ação das demais, o estudo parcial de uma das três teria mais a ver com preocupações didáticas, do que propriamente com a realidade objeto de análise.

¹¹ O próprio Marx, in *O Capital*, op. cit., L. 3, p. 281, afirma que, também, a desproporcionalidade entre os níveis de produção dos diferentes ramos produtivos criaria problemas à realização da mais-valia gerada.

A falta de realização de mais-valia, face à estreiteza de mercado, gerada por aquela contradição básica, inerente ao funcionamento da produção capitalista, condicionaria que para um dado valor-capital antecipado passaria a corresponder uma massa de lucro menor do que a mais-valia que, anteriormente, realizava tal capital. Isto concorreria para a queda da taxa de lucro, ampliando os efeitos que, nesse sentido, estivessem ocasionando a elevação da composição orgânica do capital. Além do mais, estando também em evidência a superacumulação de capital, esta tendia a ser ampliada pelo efeito adicional da falta de mercado.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, através da elevação da composição orgânica do capital, não somente conduziria à queda da taxa de lucro, mas, ao efetivar o aumento da taxa de exploração, também aguçaria aquele problema de realização de mais-valia, espécie de “pecado original” do capital. A aludida redução da taxa de lucro, sua marca principal, responderia também pela deflagração da superacumulação de capital, quando essa taxa de rentabilidade caísse a nível considerado insatisfatório aos objetivos do capital.

Na destruição de capital vinda em meio à superacumulação, aquela parte representada por mercadorias, na luta concorrencial pela manutenção do seu valor-capital, reforçaria aquele problema da realização de mais-valia, de caráter mais permanente, gerado pela referida contradição básica. Por outro lado, a queda da taxa de lucro causada por essa superacumulação aumentaria os efeitos da elevação da composição orgânica do capital nesse sentido, se atuantes.

Embora a contradição básica e a causada pelo aumento da composição orgânica do capital pareçam ser as de atuações mais freqüentes, no desenvolvimento da produção capitalista, as crises normalmente se fazem representar por manifestações causadas por aquelas três contradições. As suas ações, interligadas por efeitos cumulativos recíprocos, responderiam pela convergência da vida do capital às situações de crise.

A visão de Keynes

Keynes, como Marx, percebeu que o sistema capitalista é necessariamente acumulador de capital. Para ele, toda vez que essa acumulação não ocorresse no nível máximo permitido pelo volume da renda real gerada, menos o consumo da comunidade (capitalistas, trabalhadores, etc.), haveria desemprego e recessão. A condição não apenas de aumentar o emprego, mas, também, de evitar possível queda no seu volume vigente, seria acumular capital no tempo, a um montante de novos investimentos, definido por essa diferença entre a renda e o consumo.

Marx, como se viu, apreendeu as crises do capitalismo, como sendo causadas pela penúria de consumo e aquelas outras contradições inerentes ao seu funcionamento. Keynes, embora convencido da vocação à crise desse modo de produção no regime *laissez-faire*, dedicou um esforço todo especial no sentido de apresentar a insuficiência

de investimento privado, decorrente do comportamento da eficiência marginal do capital e da taxa de juros, como determinante das crises.¹²

Um estudo prudente da explicação de Keynes, sobre o desenvolvimento da produção capitalista, não pode deixar de ser feito, levando na devida conta dois aspectos. Primeiramente, as suas idéias destinadas a diagnosticar as causas determinantes da tendência à instabilidade e à crise desses sistemas econômicos, em regime de *laissez-faire* e, depois, os remédios por ele propostos para, mediante a ação do Estado, salvar essas economias de tão incômoda sina.

Pelas conclusões de Keynes, em uma economia que estivesse se reproduzindo em escala ampliada, o seu funcionamento equilibrado dependeria essencialmente da acumulação, como capital, através de novos investimentos, da parte da renda real da comunidade que não é gasta em consumo.

Por outro lado, quanto mais acumulasse capital e rica se tornasse a economia, menor a sua capacidade efetiva de consumo em relação à renda gerada e, conseqüentemente, à capacidade produtiva instalada (evidentemente, segundo a lógica do capitalismo). Assim sendo, quanto mais progressista fosse uma economia, maior a importância que para ela teria uma crescente taxa de investimento. Isto, em não acontecendo, conduziria a uma insuficiência de procura efetiva que forçaria a queda da produção, da renda e do emprego, além da ociosidade de parte da capacidade de produção instalada.¹³

Pelo sistema teórico keynesiano, chega-se à explicação do desemprego involuntário simultaneamente à existência de equilíbrio, entre oferta global e demanda global. A possibilidade dessa ocorrência dever-se-ia, em seu resultado final, à incompatibilidade entre a eficiência marginal do capital e a taxa corrente de juros, originando a efetivação de investimentos em volume inferior àquela parte da renda não destinada ao consumo pela comunidade.

Funcionando a economia apenas orientada pelas forças de mercado, esse equilíbrio econômico com desemprego tendia a ser bastante instável. Essa tendência dever-se-ia aos seguintes fatos: 1) a eficiência marginal do capital, uma das suas variáveis-síntese determinantes, ao depender de um vasto número de informações sobre aspectos futuros e imprevisíveis da vida econômica, teria a sua avaliação e a confiança nela atribuída consideravelmente instáveis; 2) a taxa corrente de juros, a sua outra variável determinante, padeceria também de um comportamento instável, por se relacionar com

¹² Campos, Lauro, in *A Crise da Ideologia Keynesiana*, op. cit., pp. 95-96, referindo-se à “tese subconsumista” de Marx e a “tese subinvestimentista”, de Keynes, acha que saber qual delas é a mais coerente constitui um dos mais árduos problemas da Ciência Econômica; com o que concordamos.

¹³ Keynes, J. M., *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1970, p. 42, diz: “Se numa comunidade potencialmente rica o incentivo para investir é fraco, a insuficiência da procura efetiva a obrigará a reduzir a sua produção até que, não obstante a sua riqueza potencial, ela se torne tão pobre que os excedentes sobre o consumo caiam ao nível correspondente ao seu fraco incentivo para investir”.

a preferência pela liquidez da parte da renda não consumida, esta dependente de previsões incertas sobre as taxas futuras de juros.

Toda vez que as previsões da comunidade, com respeito à taxa de juros futura, condicionassem a preferência pela liquidez de uma parcela da renda não destinada ao consumo, e não a sua aplicação remunerada à taxa de juros vigente, a obtenção de possíveis níveis superiores de produção, emprego e renda estaria comprometida. Veja-se que, por esse raciocínio, sempre que existisse preferência pela liquidez especulativa, haveria desemprego involuntário. Para haver equilíbrio entre oferta global e procura global, mantendo-se o nível de pleno emprego, para não ferir a coerência lógica da *Teoria Geral*, a relação ideal entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros, necessariamente, teria de acontecer simultaneamente com a renúncia da posse, em forma líquida, de qualquer porção da renda não gasta no consumo.

Na sua análise do comportamento dinâmico da produção capitalista, contida nas suas “notas” que dedica à explicação do ciclo econômico, Keynes afirma que todos os elementos desenvolvidos na sua *Teoria Geral* são indispensáveis para tanto. Chega até mesmo a destacar a importância que, neste sentido, têm as suas teorizações sobre a propensão marginal a consumir e a preferência pela liquidez. Entretanto, atribui ao que considera ser o comportamento da eficiência marginal do capital, numa economia capitalista em regime de *laissez-faire*, o fator determinante das flutuações cíclicas desses sistemas econômicos. Até mesmo o caráter instável da taxa de juros é negligenciado, como possível deflagrador do fenômeno da crise. “Sem dúvida, algumas vezes este fator pode certamente representar um papel de agravamento e talvez, ocasionalmente, de desencadeamento. Mas creio que a explicação mais normal e por vezes a essencial da crise, não é primariamente uma alta na taxa de juros, senão um repentino colapso da eficiência marginal do capital.”¹⁴

Na sua fase ascendente, a economia capitalista estaria desfrutando de condições conjunturais favoráveis, em termos de eficiência marginal do capital e das concepções acerca das taxas correntes e futuras de juros. Essa situação propiciaria uma acumulação crescente de capital através de novos investimentos.

No auge desse processo de acumulação, os empreendedores estariam sendo motivados irrealisticamente por previsões otimistas sobre a eficiência marginal do capital. Seus valores estariam sendo cotados bem acima dos que efetivamente seriam factíveis, levando-se em conta o estágio da abundância dos bens de capital existentes, o qual havia reduzido essa eficiência.

Posteriormente, essa irracional e excessiva acumulação contrair-se-ia bruscamente, como decorrência de uma violenta queda no estado da confiança e das previsões acerca da eficiência marginal do capital, ao se tornarem mais realistas, inclusive por força das evidências do declínio das taxas presentes de lucro, em relação às esperadas; com isso, instalar-se-iam a crise e a fase depressiva que se lhe segue.

¹⁴ *Ibidem*, p. 301.

Deflagrada a crise, o tempo necessário para o início da recuperação, longe de se apresentar como algo fortuito, seria fortemente influenciado pela vida útil dos bens duráveis, acumulados como capital, e pelo prazo requerido para a exaustão dos estoques excedentes de produtos, gerados pela crise e pela depressão.

Durante o tempo da fase depressiva, depois da crise, somar-se-iam, aos problemas decorrentes do montante ocioso de capital fixo acumulado, os excedentes de produtos estocados e a contração do capital circulante. Os efeitos, daí advindos, contribuiriam para que a previsão de mercado sobre a eficiência marginal do capital viesse a sofrer tamanha baixa, de sorte que a sua ação negativa sobre os novos investimentos não poderia ser atenuada por nenhuma redução possível da taxa de juros. Nessas condições, concluía Keynes, não haveria como se esperar que, através da chamada livre iniciativa privada, houvesse possibilidade de se rechaçar a crise e a depressão que a acompanha. "... em condições de *laissez-faire*, talvez seja impossível evitar grandes flutuações no emprego sem uma profunda mudança na psicologia dos mercados de investimento, mudança essa que não há razão para esperar que ocorra".¹⁵

QUESTÕES SOBRE O SISTEMA TEÓRICO DE KEYNES

Conceber as divergências entre as explicações de Marx e Keynes, sobre as crises econômicas do capitalismo, requer também análises sobre a construção de seus sistemas teóricos. Apreender que o primeiro atribui como causas das crises aquelas contradições recém-analisadas, sob as quais se desenvolveria esse modo de produção, e, o segundo, a aludida insuficiência de investimentos por parte dos empreendedores capitalistas, seria dedicar uma atenção bem menor do que o assunto é merecedor. De fato, uma competente avaliação desses dois enfoques, que inclusive possibilita o descortinar de novos elementos, capazes de melhor elucidar a maior coerência que possa conter um deles, só parece ser possível quando analisado o sistema teórico global utilizado por cada um desses autores, para alcançar as conclusões que defendem.

Marx chega ao entendimento da crise partindo de sua teoria do valor e do capital, erigida com base na apreensão da realidade do modo de produção capitalista, pela ótica do método dialético histórico-materialista. O capital é aí concebido como uma realidade social historicamente determinada, sendo a forma de expressão que sintetiza as relações de dominação e exploração da classe capitalista sobre a assalariada.

Além do mais, Marx, como se sabe, não se dedicou apenas à explicação teórica das leis causais que regem a produção capitalista em determinados tempo e espaço, mas, também, das leis que seriam responsáveis pela transformação, através da história, desse modo de produção.

¹⁵ *Ibidem*, p. 305.

No desenvolvimento histórico do processo de produção capitalista, iriam se evidenciando as contradições que marcariam a busca do atingimento do seu objetivo de valorização e acumulação. Com os meios utilizados para atingi-lo (a exploração e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho), desenvolver-se-iam, também, progressivamente, a concentração e a centralização do capital (pela expropriação inter-capitalista), a socialização do trabalho e o uso coletivo dos meios de produção. Esse processo, na sua convergência, após um caminhar traumático pelo tempo, findaria por consolidar a total incompatibilidade do regime capitalista com a realidade, ocasionando a sua superação, assim ocorrida através da sua autonegação. As crises constituir-se-iam nas manifestações mais eloqüentes da atuação das leis explicativas dessa transformação.

Como proceder a uma apreciação marxista sobre as conclusões teóricas do sistema elaborado por Keynes? Principalmente no que se refere às afirmações sobre os defeitos que considerava serem os maiores das economias capitalistas, quando funcionando em condições de *laissez-faire*: a insuficiência de demanda efetiva, o desemprego involuntário e a crise?

É forçoso reconhecer as deficiências do sistema teórico de Keynes, por não se fundamentar numa metodologia capaz de apreender a produção capitalista, como algo que tem a sua existência plenamente determinada pelo desenvolvimento histórico da sociedade humana. Não se pode, por outro lado, dizer que as realidades do mundo capitalista, investigadas por Keynes, não sejam por ele apreendidas como sínteses resultantes de um razoável número de relações abstratas, através das quais esses fatos concretos são reproduzidos e explicados por meio de suas idéias. Na concepção de Marx, em princípio, seriam esses os procedimentos que constituiriam a essência de um método cientificamente correto, desde que os fenômenos objetos do estudo fossem concebidos a partir das relações recíprocas entre os elementos que, em sua totalidade, determinariam as suas existências históricas. O que não foi feito por Keynes.

Não conferindo esse caráter histórico à sociedade capitalista, Keynes (de modo proposital ou não)¹⁶ deixou de lado, em sua análise, os aspectos explicativos mais essenciais da organização do processo de produção das condições de vida humana, que nessa sociedade assumem características historicamente específicas: os frutos do trabalho humano passam a ter a forma generalizadora de mercadoria, portanto, de valor, e os meios de sua produção transformam-se em capital.

Deixando de inserir no seu sistema teórico a mercadoria, como valor, gerada pelo trabalho, e o capital como expressão daquela relação social de dominação e exploração, Keynes jamais poderia apreender as contradições inerentes à produção capitalista. O seu

¹⁶ Campos, Lauro, in "A Crise da Ideologia Keynesiana", *op. cit.*, p. 16, deixa claro que isso foi indispensável a Keynes, enquanto elaborador de uma ideologia útil ao capitalismo. "Se as relações de produção são conflitivas, tensas, antagônicas, a ideologia capitalista não pode revelar-lhes a verdadeira natureza, mas deve obscurecê-la para que a ação coletiva polarizada possa se unir no processo de produção e de valorização do capital. Portanto, a função social desse produto social, a ideologia, é o obscurecimento das relações reais."

método de investigação dessa realidade não permitia uma completa apreensão do espectro total de acontecimentos que nela influía.

Essa deficiência metodológica de Keynes, como não podia deixar de ser, levou-o a conclusões diferentes das de Marx, acerca do processo de transformação futura da sociedade capitalista.

A seu modo, Keynes concluiu que nas sociedades capitalistas havia uma certa agressividade na acumulação de capital, a ponto de chegar a torná-lo excessivo, em relação ao que poderia ser utilizado em fins produtivos para atender às necessidades da população, definida pela demanda efetiva. Fundamentando-se no princípio econômico da escassez, ele chegou a afirmar que o sistema capitalista seria essencialmente acumulador de meios de produção para funcionar como capital, tendendo a tornar esse fator abundante a um nível tal, que a sua eficiência marginal se tornaria praticamente nula. “Estou convencido de que a procura de capital é estritamente limitada, no sentido de que não seria difícil aumentar o estoque do mesmo até que a sua eficiência marginal descesse a uma cifra muito baixa. (. . .). Em resumo, o rendimento global dos bens duráveis durante toda a sua vida cobriria justamente, como no caso dos de curta duração, o custo de trabalho necessário para os produzir acrescido de uma margem correspondente ao risco e ao custo da habilidade e da supervisão.”¹⁷

Essa vocação do capital, de gerar a sua abundância, seria responsável por algumas transformações no tempo, nas características de funcionamento desse sistema de produção, entre elas o desaparecimento dos rendeiros ou capitalistas sem funções. “O juro não compensa hoje nenhum verdadeiro sacrifício, do mesmo modo que o que faz a renda da terra.”¹⁸ Como consequência, o capital produtivo ficaria com a responsabilidade de um menor esforço, na sua missão de explorar o seu valor de escassez.

Não concebendo a sociedade capitalista como uma criação da história, Keynes jamais poderia ter incluído na sua análise uma teoria do valor e do capital, como a de Marx. Assim sendo, não dispunha de condições para ir muito longe, em termos de apreensão das leis responsáveis pelas suas transformações no tempo, rumo à auto-superação.

Mesmo assim, com uma teoria do valor e do capital, fortemente fundamentada no princípio da escassez, Keynes chegou a concluir que o desenvolvimento capitalista se faria acompanhar de uma magna contradição, caracterizada pela sua aptidão a tornar abundante o capital, que teria justamente na sua escassez a razão de suas rendas (lucros, juros, etc.). Nessa contradição estaria a justificativa maior para uma proposta de transformação do capitalismo *laissez-faire*, que deveria se submeter ao dirigismo estatal para poder encontrar perspectivas de existência duradoura.

É assim que Keynes, à luz de um diagnóstico simpático ao capital, apreende que, funcionando em condições de *laissez-faire*, o desenvolvimento do capitalismo seria contraditório. Ao contrário de Marx, não prevê nenhuma tendência a sua superação no tempo.

¹⁷ Keynes, J. M., *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, op. cit., pp. 353-354.

¹⁸ *Ibidem*, p. 354.

Melhor dizendo, ele chega apenas a concluir que, nessas condições, essas economias teriam um continuado comportamento cíclico: ascensão, auge, crise, declínio, depressão, ascensão . . .

A fundamentação marxista aponta para a superação do capitalismo e o advento de uma sociedade onde, à base da posse comum dos meios de produção, os homens livremente associados produziram, de modo planejado, as condições de suas vidas. Tais conclusões têm por base o argumento de que a produção capitalista se desenvolveria aguçando as suas contradições, sem contar com nenhum organismo institucional especializado na regulação da sua vida econômica, buscando amenizar os seus efeitos danosos. Por isso, a evolução do capitalismo de livre concorrência ao monopolista faria parte do andamento lógico desse processo de superação. “À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista.”¹⁹

SOLUÇÃO KEYNESIANA: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O CAPITAL?

Keynes, embora de modo diferente de Marx, concebeu que o capitalismo, regulado apenas pelas forças de mercado, teria aquele tipo de funcionamento que o tornava sujeito a se defrontar com as crises e depressões. Não se preocupa em concluir qual seria o destino final desse modo de produção, em assim funcionando, mesmo assim não perde de vista que isso faria perigar as instituições capitalistas de sua época.²⁰ Em lugar disso, teorizou sobre a criação de uma grande transformação a ser efetivada nesse sistema de produção, caracterizada pela regulação e controle dessa economia pelo Estado. Isso, longe de ser fruto do aguçamento fatal de suas contradições, pretendia ser um meio prático de evitá-lo. A sua preocupação maior era encontrar novas perspectivas à existência do capital.

Para evitar as renovadas fases de crise e depressão nessas economias, Keynes tinha a convicção de que seria indispensável a intervenção do Estado (sem que este assumisse a propriedade dos meios de produção, que deveria continuar privada e capitalista). O papel do Estado seria o de administrar políticas de tributação, gastos públicos e taxas de juros, orientadas no sentido de criar, permanentemente, uma relação adequada entre a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros, de sorte a assegurar

¹⁹ Marx, Karl, *O Capital*, op. cit., L. 1, v. 2, p. 881.

²⁰ Ver citação relativa à nota nº 21.

níveis de produção e emprego plenos ou aproximados. “Por isso, enquanto o alargamento das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incitamento para investir, pareceria a um publicista do século XIX ou a um financista norte-americano contemporâneo uma abominável limitação do individualismo, parece-me ao contrário o único meio praticável de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como a condição de um proveitoso exercício da iniciativa individual.”²¹

As conveniências históricas do capitalismo reivindicavam assim novas atitudes do Estado, agora não apenas para fortalecê-lo, mas, sobremaneira, para evitar a sua destruição. Deveria esse órgão passar a ser o eliminador da tendência à abundância de capital, das crises e das depressões, buscando a permanência de níveis de emprego próximos do pleno, com uma acumulação de capital ligeiramente crescente, mas, necessariamente, primando pela manutenção de sua escassez.

Embora não se explicitando sobre o assunto, Keynes parecia perceber que, na crise e depressão do capitalismo, a destruição de capital seria inevitável. Em condições de *laissez-faire* isso aconteceria de forma dolorosa, acirrando a luta intercapitalista pela definição dos perdedores. Mesmo assim, a eliminação do capital excedente imporia um certo requisito de tempo, para poder se voltar à escassez do capital global. O capital fixo seria exaurido pelo seu uso, depreciação e obsolescência, e os estoques involuntários de mercadorias, pela velocidade de sua exaustão. O grande mérito esperado da proposta keynesiana, de intervenção do Estado na economia, seria o de possibilitar a “racionalização” desse processo de destruição de capital, em função dos interesses dos capitalistas.

Por esse raciocínio se, diante de uma crise, o Estado não conseguisse, através de políticas indutivas, elevar a propensão a consumir e/ou a eficiência marginal do capital, relativamente à taxa corrente de juros, a recuperação econômica não aconteceria. Em casos como esse, o governo deveria pôr em prática uma política de elevação de dispêndio, capaz de permitir empregar os trabalhadores despedidos pelo setor produtivo capitalista.²² As atividades assim empreendidas criariam uma demanda adicional pelos bens gerados, sob o comando direto do capital. Tanto por meios de produção (por exemplo, para construção de estradas, pontes, escolas, hospitais, bens bélicos, etc.), como por bens de consumo, em face ao aumento da massa salarial. Eliminando os estoques de mercadorias e o desemprego involuntário, essa ação governamental teria reduzido a capacidade ociosa ao nível normal. Esses acontecimentos, juntamente com a melhoria da taxa de lucro deles decorrente, ensejariam a retomada da acumulação de capital.

²¹ Keynes, J. M., *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, op. cit., p. 358.

²² Campos, Lauro, in *A Crise da Ideologia Keynesiana*, op. cit., p. 22, afirma: “‘A plena ocupação’, por exemplo, é pouco mais, depois de analisada no contexto da ‘Teoria Geral’, do que o ponto de máxima exploração do assalariado e dos que percebem rendas fixas; . . .”. A propriedade de os gastos do governo eliminarem o desemprego involuntário dever-se-ia aos seus efeitos redutores ao salário real, face ao aumento que provocaria nos preços dos bens de consumo dos trabalhadores. Embora não se desconhecendo essa possibilidade, há outros argumentos, de ordens lógica e prática, que negam ser, essa queda do salário, o único meio de se conceber essa recuperação pela ação dirigista do Estado.

Com efeito, na medida em que os gastos do governo permitissem a venda das mercadorias estocadas, mesmo que isso acontecesse sem a elevação dos seus preços, tenderia a aumentar a massa global de lucro, uma vez que ensejaria a realização da mais-valia contida nessas mercadorias. Sabendo-se que um dado volume global de capital antecipado tem um mesmo valor, com ou sem o estoque involuntário de mercadorias, a eliminação deste, na modalidade aludida, propiciaria a elevação da taxa de lucro. Efeito semelhante aconteceria em decorrência da diminuição da ociosidade da capacidade de produção, admitindo-se comportamento análogo dos preços.

Pelo sistema teórico de Keynes, se o acréscimo da demanda por bens de consumo-salário ocasionasse o aumento dos seus preços, sem que ocorresse elevação no salário nominal, criar-se-ia um efeito adicional à elevação da taxa de lucro, estimulando ainda mais a recuperação do setor produtivo. Deve-se reconhecer, por outro lado, que, mesmo se admitindo constante o salário nominal, sendo a elasticidade da produção, em relação à demanda efetiva, igual à unidade (o que não seria improvável diante da evidência de capacidade ociosa de máquinas, equipamentos, etc. e da existência de meios de produção e de consumo, entulhados como estoques invendáveis das mercadorias demandadas), teria consistência lógica a estabilidade de preços, com o aumento dos gastos do governo, mesmo quando respaldados por déficits públicos.

Seguindo as idéias de Keynes, é possível verificar que a criação e/ou o aumento do dispêndio do governo diante da crise minimizaria a destruição total do capital excedente, que aconteceria em condições de *laissez-faire*.

Quando uma economia, num dado período, se defrontasse com o problema de ter gerado uma renda de valor igual a 500 unidades monetárias e, a esse nível de produção e emprego, houvesse correspondido uma insuficiência de investimento no valor de 40 unidades monetárias, tal carência de demanda efetiva traria efeitos negativos amplificados à geração de renda e emprego. Sendo os multiplicadores, tanto o da renda como o do emprego, iguais a três, no novo equilíbrio, a renda e a demanda efetiva teriam seus valores diminuídos em 120 unidades monetárias, e o desemprego seria três vezes aquele que houvesse sido originalmente criado pelo investimento inadequado.

Numa situação como essa, todo o capital, antes usado naquela parte da produção que fora reduzida, seria excedente que tenderia a ser destruído, em se mantendo a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros.

Em coerência com a solução proposta por Keynes, o governo deveria introduzir nessa economia gastos no valor de 40 unidades monetárias, mesmo que fosse para produzir inutilidades. Se a forma de financiamento desse dispêndio não resultasse, direta ou indiretamente, em diminuição do investimento e/ou consumo vigentes, decorrentes das atividades do setor privado, os capitalistas conseguiriam que dois terços do capital, que seria destruído sem essa ação do Estado, fossem recuperados. Nesse caso, a destruição de capital limitar-se-ia ao referido montante dos gastos governamentais, que gerariam apenas empregos improdutivos.

O sistema teórico, desenvolvido por Keynes, leva, também, à conclusão de que, dadas a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a preferência pela

liquidez, uma maior ou menor eficácia dessa política de dispêndio governamental dependeria da forma como fosse ela financiada, para evitar a destruição de capital.

Aumentando a tributação no mesmo montante dos gastos do governo, que seriam assim custeados por recursos subtraídos da órbita do setor produtivo privado capitalista, o efeito negativo dos tributos no consumo seria tal que impediria qualquer repercussão, em termos de incremento de produção, renda e emprego, no setor produtivo. Desse modo o desemprego involuntário que fosse eliminado seria absorvido pelos empregos improdutivos, nas atividades desenvolvidas ou estimuladas pelo governo. Todo o capital excedente, definido pela crise, seria destruído; parte dele por essa ação do Estado.²³

Pretendendo o governo cobrir esse dispêndio com empréstimos tomados ao público, isso tenderia a só ser possível com a elevação da taxa de juros, afetando negativamente o investimento produtivo privado. Na medida em que a queda desse investimento tivesse valor absoluto menor que o da adição dos gastos governamentais, condicionaria elevações nos níveis de emprego e renda do setor produtivo, evitando maior destruição de capital.

Financiando os gastos adicionais, geradores de equivalentes déficits públicos, com a expansão da quantidade de dinheiro na economia, o governo conseguiria o máximo de recuperação do volume de capital, que, sob as condições de *laissez-faire*, seria destruído.

A elevação da demanda efetiva, originada dos gastos do governo financiados através da referida modalidade de expansão monetária, poderia ocasionar a ativação de um processo inflacionário. Assim ocorreria, quando a elasticidade da demanda efetiva, com respeito à quantidade de dinheiro, fosse unitária, e as elasticidades do salário nominal, do emprego e da produção, em relação à demanda efetiva, fossem a primeira zero e as últimas positivas, porém menores do que um.²⁴ Os aumentos de preços daí decorrentes, em reduzindo o salário real, trariam um efeito positivo ao investimento privado. Poderiam, também, trazer um efeito negativo, desde que tais elevações de preços atingissem os bens de produção; não se sabendo *a priori* qual dos dois predominaria.

Keynes não tinha dúvida quanto à propriedade desta atuação balsâmica do Estado, caracterizada pelos gastos governamentais e outras ações do dirigismo estatal, sobre a economia, por ocasião das crises do capitalismo. “Se o Tesouro se dispusesse a encher velhas garrafas usadas com notas de banco, as enterrasse a profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas que logo se cobririam com os detritos urbanos, e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios de *laissez-faire*, o cuidado de desenterrar novamente as notas (naturalmente obtendo o direito de fazê-lo por meio de concessões sobre o terreno), o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade bem como a sua riqueza em capital fossem sensivelmente mais altos do que o são atualmente. Claro está

²³ Nesse contexto, destruir capital significa dizer que meios de produção, cujos proprietários pretendiam usá-los como capital e não conseguem, são aplicados pelo Estado financiando atividades de trabalhos improdutivos, segundo a lógica capitalista.

²⁴ Para se chegar a tais conclusões é indispensável uma análise dos capítulos 20 (“A Função Emprego”) e 21 (“A Teoria dos Preços”) da *Teoria Geral* de Keynes.

que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se a tanto se opõem dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada.”²⁵

Mesmo havendo a possibilidade das ações mais “ajuizadas”, referidas por Keynes, seguindo-se as suas teorizações, conclui-se que, aos gastos governamentais eliminadores da recessão e do desemprego involuntário, corresponderia equivalente soma de recursos, a qual não dispunha de condições de funcionar como capital no setor produtivo. Nesse sentido, essa ação do Estado sempre representaria um meio de destruir capital; mesmo quando os gastos públicos não se destinassem à produção de não-valores de uso (bombas atômicas e similares), mas à geração de serviços e coisas úteis (escolas, hospitais, estradas, etc.).

Vê-se, portanto, que, não obstante o diagnóstico de Keynes, de que as crises do capitalismo se originariam da insuficiência de investimentos privados, a solução por ele proposta para tal problema não se iniciaria com a retomada do processo de acumulação de capital. A recuperação começaria com a destruição de capital pelos gastos governamentais; o que poderia, também, se confundir com a destruição de meios de produção e força de trabalho, se o governo orientasse os seus gastos para a geração de não-valores de uso. Os efeitos adicionais amplificados desses gastos na demanda efetiva reduziriam os estoques anormais, a capacidade produtiva ociosa e o desemprego involuntário, tendendo a reanimar a eficiência marginal do capital e o próprio investimento privado.

Essa ação do Estado, tornada permanente, nas economias capitalistas, evitar-lhes-ia os dissabores das crises. Desse modo, o capital abundante iria sendo, já no seu nascedouro, erradicado pelos gastos públicos (veja-se que não necessariamente isso corresponderia à destruição de meios de produção), garantindo assim ao capital uma existência duradoura. Não era à toa a preocupação de Keynes de apenas admitir o controle central, e não a socialização da economia pelo Estado, como uma necessidade de assegurar níveis de produção e emprego próximos do pleno. “... fora disto, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo de Estado envolvendo a maior parte da vida econômica da comunidade”.²⁶

Após determinado o nível de emprego, com a intervenção do Estado, achava Keynes que a gestão da atividade econômica deveria ser entregue ao livre jogo das forças econômicas, que a partir daí conduziria muito bem à solução dos problemas relativos ao quê, como e quanto produzir, e sua distribuição. “É o volume e não a direção do emprego que o sistema atual determina de maneira defeituosa.”²⁷

AS LIMITAÇÕES DA SOLUÇÃO KEYNESIANA

À luz das idéias de Marx, a solução proposta por Keynes volta-se para as crises de superprodução das economias capitalistas. As causas dessas crises estariam na incompa-

²⁵ Keynes, J. M., *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, op. cit., p. 129-130.

²⁶ *Ibidem*, p. 356.

²⁷ *Ibidem*, p. 357.

tibilidade entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, o que, em ritmo crescente, marcaria o desenvolvimento desse modo de produção.

A análise do mecanismo de efetivação dos gastos públicos, visando sanar insuficiência de demanda efetiva, não pode perder de vista que, independente de sua forma de financiamento (tributos, empréstimos do público ou emissão de dinheiro, etc.), o seu montante sempre representa valor subtraído do setor produtivo capitalista. Os dispêndios governamentais, ao se efetivarem com essa finalidade, equivalem a recursos produtivos que deixam de atuar como capital. A eficiência das conclusões de Keynes, em função dos interesses capitalistas, estaria no fato de descobrir que, com esses recursos retirados da órbita privada e aplicados pelo Estado, sem o objetivo de valorização, se evitaria uma destruição de capital, bem maior.

É de se notar, porém, que não obstante essa prática keynesiana, numa perspectiva atemporal, atenuar os efeitos da contradição básica do capitalismo, que seriam manifestos nas crises de superprodução, ela mesma expressaria a materialização dessa contradição. Basta ver que, o que se diz ser a solução, implica a ação do Estado, gastando de modo improdutivo recursos antes alocados no setor produtivo, que ali não mais disporiam de condições efetivas de funcionar como capital.

As limitações dessa solução keynesiana tornam-se logicamente mais compreensíveis quando analisadas dentro do contexto do desenvolvimento do processo de acumulação de capital, no tempo.

Pelo saber keynesiano, quando uma economia se defrontasse com carência de demanda efetiva, uma suficiente elevação dos gastos do governo evitaria uma fase de recessão e desemprego. Estando estes já implantados, essa ação governamental recuperaria os níveis de produção e renda do setor produtivo e eliminaria parte do seu desemprego involuntário. Essa intervenção estatal asseguraria a reativação do investimento privado líquido, a taxas que seriam impossíveis sem os gastos públicos.

Fazendo-se a discutível suposição de que a ação reguladora do Estado sanaria as contradições que Marx dizia serem as causadoras da crise, poder-se-ia afirmar se haver encontrado, através das idéias de Keynes, a senda do desenvolvimento contínuo, no tempo, do processo de acumulação de capital. Assim aconteceria se a reanimação do investimento privado, ensejada pelos gastos do governo, após um certo tempo, findasse por tornar desnecessária a manutenção desses gastos, como um segmento gerador de demanda efetiva.²⁸

O raciocínio de Marx leva a concluir que, após deflagrada uma situação de insuficiência de demanda efetiva, mantendo-se a incompatibilidade entre as relações sociais de produção e o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a retirada dos gastos públicos orientados para atenuar os seus efeitos faria voltar o mesmo estado de superprodução anterior.

²⁸ Kalecki, Michal, in "O Mecanismo da Recuperação Econômica", *op. cit.*, pp. 27-28, chega a essa conclusão.

Até pouco tempo, parecia indiscutível que a proposta keynesiana se apresentava como portadora de consistência lógico-teórica e, também, histórica, constituindo uma saída não-dolorosa para resolver ou evitar as crises do capitalismo. Não se pode, contudo, dizer que esse tipo de solução tenha eliminado as contradições desse modo de produção. Mas é de se reconhecer que, sem as providências do Estado (sugeridas por Keynes), o capitalismo na sua história recente, para “resolver” seus problemas de superprodução, certamente teria passado por fases de recessão e desemprego, onde se haveria destruído capital em volume bem superior e de modo que lhe teria sido mais pernicioso do que a destruição efetivada através do Estado.

A seguir, desenvolver-se-á a simulação do funcionamento de uma economia capitalista, com o que se pretende avaliar algumas implicações resultantes da utilização dos conhecimentos keynesianos, para resolver os problemas de superprodução, numa perspectiva de médio a longo prazo.

Admita-se uma economia que vinha funcionando sem a atuação do governo e que, num dado ano, apresentava um estoque de capital no valor de 2 000 unidades monetárias. Essa economia, normalmente, consome 80% da renda disponível e possui uma invariável relação média produto/capital igual a 0,5. Ainda mais, a partir do ano de referência, a economia teria passado a ter o seu investimento privado sempre inferior, em 30%, ao que deveria ser, para não haver insuficiência de demanda efetiva. A solução keynesiana para essa economia efetivar-se-ia pelo suprimento da insuficiência de investimento, ano a ano, através dos gastos governamentais, financiados por déficits públicos.

A título de simplificação supõe-se também que, aos gastos governamentais, correspondem recursos que são totalmente acumulados pelo setor público e que, embora não atuando como capital, ensejam um benefício econômico médio, por unidade de valor despendido, igual ao setor produtivo.

Evoluindo no tempo, essa economia, protegida pelo aparato estatal keynesiano, convergiria para uma interessante situação. O volume de recursos que estaria sendo usado na órbita do setor público, que no ano 1, quando a economia teria passado a funcionar sob a intervenção estatal, representava 2,8% do capital do setor produtivo, no ano 30 já evoluía para 39,4% e para 41,5% no ano 40.

É evidente que o presente exercício chegaria a quantitativos logicamente mais consistentes, em se admitindo um índice de eficiência, dos recursos acumulados pelo setor público, bem menor do que o do setor produtivo capitalista. Essa maior coerência também seria alcançada ao se supor que apenas uma parcela dos gastos do governo destinar-se-ia à acumulação; a outra cobriria os custos de funcionamento das atividades do governo, inclusive das suas despesas de consumo, subsídios, etc.

Para adquirir um maior rigor científico, o modelo de simulação deveria também ter incluído as idéias do próprio Keynes, acerca da relação inversa entre a propensão a consumir e o volume da renda disponível. Por esses ensinamentos, o certo teria sido admitir que, na economia exemplificada, a propensão a consumir houvesse decrescido continuamente, no período considerado, fazendo com que a aludida insuficiência de investimento apresentasse um comportamento crescente no tempo, e não estável como

foi suposto. Basta dizer que a renda dessa economia, que apresentava um valor igual a 1 000 unidades monetárias no ano 1, teria se elevado para 15 863 unidades monetárias no ano 30 e para 41 145 unidades monetárias no ano 40.

A solução keynesiana no exemplo desenvolvido, não obstante ocasionar a destruição de capital, via dispêndio estatal, teria assegurado, mesmo assim, a continuidade do processo de acumulação de capital do setor produtivo. O estoque de capital se teria expandido a uma taxa média de 9,05% a.a., do ano 1 ao ano 40. Isto sugere que, mesmo sob esse tipo de dirigismo estatal, a economia estaria se desenvolvendo, porém aguçando a sua contradição básica. Daí a razão pela qual, também na visão marxista, maior coerência lógica do modelo de simulação teria sido alcançada, ao supor uma insuficiência de demanda efetiva (não necessariamente a componente investimento privado), crescente no período em análise.

Não se pode negar que, no capitalismo keynesiano, se atenua o agravamento da contradição fundamental desse modo de produção (embora não a extinguindo), tendo em vista que aí diminui-se o ritmo de acumulação de capital e, conseqüentemente, do crescimento das forças produtivas.²⁹

A evidência histórica desse capitalismo atesta que, pelo menos nos trinta anos que vão até a primeira metade dos anos setenta, se efetivaram consideráveis acumulações de capital e elevações das forças produtivas. Tais acontecimentos parecem plenos de lógica e sentido, quando se sabe que eles foram os principais responsáveis pela emergência da estratégia dos gastos públicos keynesianos, como também os geradores das condições que permitiram uma crescente liberação de recursos do setor produtivo, para financiar as atividades improdutivas do governo.

É necessário, porém, ter-se na devida conta que a realidade sócio-econômica determinante da solução keynesiana faz com que os dispêndios governamentais já nasçam com um limitado alcance. Não dispõem de capacidade efetiva de, através da geração de benefícios públicos à coletividade, abrandar significativamente as contradições que encerram as relações sociais de produção no capitalismo essencialmente voltadas para a geração, apropriação e acumulação de mais-valia como capital.

Pelos problemas que visam resolver, os gastos do governo não se podem orientar para a produção de bens e/ou serviços que ao setor produtivo capitalista interessasse desenvolver.

Um modo de efetivação dos dispêndios públicos, que certamente não teria consistência lógica e histórica, seria aquele totalmente voltado para a geração de utilidades coletivas, basicamente para uso da classe trabalhadora, por representar o contingente expressivamente maior da população. Uma estratégia desse tipo não teria a menor viabilidade de ser posta em prática, por conflitar ostensivamente com os interesses da ideologia capitalista; embora, teoricamente, gerasse todos os efeitos ditos positivos da solução keynesiana.

²⁹ Ver Campos, Lauro, *A Crise da Ideologia Keynesiana*, op. cit., p. 145.

Os dispêndios públicos em educação, saúde, equipamentos, transportes coletivos, subsídios à produção e ao consumo, etc., embora diretamente úteis aos trabalhadores, não são efetivados, essencialmente, por gerarem esses benefícios. Tem, também, um grande peso na determinação desses gastos a busca da redução dos custos de produção do setor privado capitalista, capaz de aumentar os lucros, e da criação das condições necessárias à reprodução das relações sociais de produção vigentes.

Não sendo o objetivo principal do capitalismo, enquanto força ideológica dominante, a satisfação das necessidades humanas, o mesmo não se poderia deixar de esperar das atividades financeiras pelos gastos públicos, que procuram resolver suas situações de crise. Daí a grande proporção que assume entre os gastos governamentais a geração direta de não-valores de uso pelo governo e/ou a compra destes, criados pelo setor privado capitalista. Servem de exemplo as enormes somas de recursos que se orientam para a produção de artefatos bélicos, nas suas mais variadas formas de meios de destruição, sob remaneira nas economias capitalistas centrais, em sua história recente, quando tiveram de ser guiadas pelas idéias de Keynes.

No capitalismo keynesiano, a elevação do nível de consumo da economia é também um dos responsáveis pela solução dos problemas de superprodução. De fato, os gastos do governo, pelos salários pagos aos trabalhadores improdutivos que empregam, dão origem a uma gama de consumidores que não existiriam sem essa ação estatal. Do mesmo modo, na medida em que essa ação evita maiores desemprego involuntário e queda da produção no próprio setor produtivo capitalista, favorece a efetivação de um maior volume de consumo.

Veja-se que essa elevação de consumo não prescinde de nenhuma suavização nas relações sociais de produção, estabelecidas num determinado contexto de referência capitalista. Indo mais além, pode-se dizer que, mesmo dadas as relações de produção, a solução keynesiana pode até mesmo elevar o volume médio de consumo por trabalhador, em face da maior produtividade, que acontece com a acumulação de capital do setor produtivo dinamizado pelo dirigismo estatal.

Os gastos estatais, somente tendo maior eficiência, como meio prático da solução keynesiana, quando suportados por equivalentes déficits públicos (o que está implícito no exercício recém-desenvolvido), induzem a afirmação de que eles são inflacionários. Embora o período histórico referido do apogeu da aplicação do keynesianismo ratifique a existência de uma persistente inflação, esta se apresentou em níveis historicamente modestos nas economias capitalistas desenvolvidas.³⁰

A atribuição de uma decisiva importância à inflação, gerada pelo déficit público, decorrente dos gastos do governo keynesiano, como um mecanismo que, ao reduzir os salários reais em favor dos lucros, resolveria problemas de superprodução no capitalismo, tem o seu maior sentido quando visto pela ótica do sistema teórico de Keynes. Pelas

³⁰ A economia norte-americana, por exemplo, no período que vai do pós-guerra até o ano de 1972, sempre teve a sua inflação variando de 5% a.a. para baixo. As economias alemã, canadense, francesa, italiana e japonesa apresentaram, no mesmo período, conjunturas inflacionárias ligeiramente superiores.

idéias de Marx, torna-se questionável conceber que uma economia, às voltas com problemas de superprodução, pudesse, através da queda dos salários reais, conseguir aumentar a massa global de lucro (mais-valia realizada) e reativar o investimento privado. Assim atuando, os gastos públicos, em dado momento, mesmo deixando de lado os efeitos decorrentes de sua contínua efetivação no tempo, estariam aguçando ainda mais a contradição básica, que para Marx seria a causa da crise, e não apenas dando um novo modo de ser aos efeitos dessa contradição, absorvidos pelos gastos improditivos governamentais, enquanto insuficiência de demanda efetiva.

Finalizando, é de se concordar que o modelo aqui desenvolvido, para simular o funcionamento no tempo de uma economia capitalista, no que pese a falta de melhor elaboração matemática da qual padece, alcançou resultados que são por demais coerentes com a história do capitalismo keynesiano.³¹ Como se sabe, nesta sua fase histórica, as sociedades capitalistas distinguiram-se pela efetivação de um vigoroso processo de acumulação de capital, paralelamente a uma grande elevação na proporção do setor público, em relação ao setor produtivo.

Conclusivamente, é de se notar que a solução keynesiana não atinge as contradições do modo de produção capitalista, embora não se possa negar o grande mérito de Keynes, ao encontrar nos gastos públicos um meio de o capitalismo conviver com as suas contradições. A análise aqui desenvolvida parece mostrar que esse tipo de solução, mesmo assegurando a continuidade da acumulação de capital no setor produtivo, apenas faz com que a economia resista por prazo mais longo ao desenvolvimento das forças causadoras da superprodução. Mesmo assim, essa maior resistência do sistema econômico só acontece às custas de uma crescente participação das atividades improditivas, financiadas pelos dispêndios governamentais. Uma solução dessa natureza não poderia mesmo ter condições de ser praticada indefinidamente.

Em sua crescente missão de socorrer o setor produtivo capitalista, o setor público improditivo, além de assumir gigantesca proporção, em relação à economia como um todo, passou a adquirir uma espécie de vida própria. Assim sendo, ganhou novas determinações que o fizeram exceder às ações requeridas pelas suas funções de garantidor da suficiência de demanda efetiva. Como se não bastasse o grande peso representado pelo custo da solução keynesiana, dada a enorme magnitude do setor público, a sua atuação autônoma passou a dar origem a gastos e déficits públicos bastante superiores aos requisitos da destruição de capital definida pela superprodução.

Essa ação estatal, fora dos limites definidos como úteis pelo capital, trouxe novos e sérios transtornos ao desenvolvimento da produção capitalista. Os inconvenientes desse desempenho do governo se apresentam através dos déficits públicos, taxas de juros, processo inflacionário e desequilíbrio cambial, historicamente anormais.

Em tais circunstâncias, vêm à tona acontecimentos muito fortes que conspiram

³¹ Pretendemos desenvolver, posteriormente, uma completa abordagem matemática sobre as condições de funcionamento e os resultados alcançados por um modelo, como o simulado, que procura expressar o desenvolvimento de uma economia capitalista, guiado pelas idéias de Keynes.

contra a tutela da economia pelo Estado. Os capitalistas tomam consciência dos perigos, decorrentes dos problemas acumulados pela estratégia da solução anticrise, à base da crescente participação das atividades improdutivas financiadas pelos gastos públicos. O governo, convencido da impropriedade e anormalidade do seu déficit e da folga de liquidez na economia, mas, também, buscando evitar malefícios ao setor produtivo capitalista, em face dos níveis exagerados de inflação, taxa de juros e desequilíbrio cambial, assume como verdade que tudo isso resulta da anomalia caracterizada pela expressiva magnitude de sua participação na vida econômica. Nesse contexto, tanto a lógica do setor privado como a do setor público passam a abominar o dirigismo estatal keynesiano. Na falta de novas alternativas para a continuidade do processo de acumulação de capital, em meio a tão complexa realidade, passa-se a aceitar que é impossível a solução para as crises ou das causas da superprodução do capitalismo, sem um penoso processo de destruição de capital, materializado em fortes e prolongadas recessão e desemprego.

ABSTRACT

This article analyzes the limitations of explication and solution offered by Keynes, in respect to the capitalistic economic crisis, in the light of Marx's ideas.

Firstly, it discusses why Keynes even apprehending the capitalism crisis vocation, operating in "laissez-faire" conditions, does not understand its causes, immanent to the development of the capitalistic production relations.

It also attempts to show that only in a non-time related perspective, the keynesian solution would be able to attenuate the contradictions inherent to capitalism and to resolve the problems from its crisis.

Finally, it develops new ideas in an attempt to present as sufficiently steady the affirmation that, in the middle and long run the keynesians "remedies" tend to aggravate the contradictions which caused the crisis and create news problems, inconsistent with capitalistic interests.